

CURSO DE
**DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL**

LUIZ FUX

**5^a
EDIÇÃO**

revista, atualizada e reformulada



O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

Fechamento desta edição: 03.06.2022

O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ 20040-040

www.grupogen.com.br

Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

Capa: Flávia Carvalho Coelho

**CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Fux, Luiz, 1953-

Curso de direito processual civil / Luiz Fux. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-3093-645-7

1. Direito processual civil – Brasil I. Título.

22-777315

CDU: 347.9(81)

SUMÁRIO

PARTE I O DIREITO PROCESSUAL CIVIL

I. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	3
1. O Direito Processual.....	3
2. Posição enciclopédica do Direito Processual Civil.....	4
3. A norma processual.....	5
4. Fontes do Direito Processual Civil	7
5. Aplicação, interpretação e eficácia da lei processual civil no tempo e no espaço.....	9
5.1 Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil	16
II. HISTÓRICO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	17
1. O processo no Direito antigo	17
2. Direito brasileiro anterior e Direito vigente	21
2.1 Ordenações lusitanas.....	21
2.2 Códigos estaduais	22
2.3 Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973	23
2.4 Código de Processo Civil de 2015	23
3. A análise econômica do Direito Processual	31
III. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO	37
1. Princípio do devido processo legal.....	38
2. Princípio dispositivo.....	40
3. Princípio da prioritária solução consensual.....	41
3.1 Justiça multiportas: arbitragem, conciliação e mediação	42
3.2 Desjudicialização de conflitos.....	46
4. Princípios da efetividade e da duração razoável do processo	48
4.1 Ordem cronológica de julgamento.....	52
5. Princípio da cooperação	53
6. Princípio da boa-fé objetiva (proteção à confiança)	55
7. Princípio do contraditório e vedação à decisão surpresa	56
8. Princípio da economia processual.....	57

9. Princípio da eficiência	58
10. Princípio da primazia do julgamento de mérito.....	60
11. Princípio da economicidade.....	61
12. Princípio da preclusão <i>secundum eventum litis</i>	62
13. Princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da razoabilidade	64
IV. ASPECTOS ÉTICOS E ECONÔMICOS DO PROCESSO	67
1. Generalidades.....	67
2. Custas processuais	68
3. Honorários advocatícios	71
3.1 Sucumbência recursal	76
4. Dano processual e litigância de má-fé.....	77
4.1 Deveres das partes e dos procuradores.....	78
4.2 Descumprimento das decisões judiciais. Atentado à justiça. Crime de desobediência	79
5. Assistência jurídica e gratuidade de justiça.....	81
5.1 Assistência jurídica.....	81
5.2 Gratuidade de justiça.....	84

PARTE II JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

I. TUTELA JURISDICIONAL.....	89
1. Tutela jurisdicional: conceito	89
2. Espécies de tutela jurisdicional	91
2.1 Tutela de cognição	91
2.2 Tutela de execução.....	95
2.3 Tutela inibitória.....	97
2.4 Tutela provisória	101
2.4.1 Fundamentos e antecedentes: tutela cautelar, tutela de segurança e tutela satisfativa de urgência	101
2.4.2 Generalidades.....	114
2.4.3 Tutela de urgência	118
2.4.3.1 Requisitos	118
2.4.3.2 Espécies	119
2.4.3.2.1 Tutela cautelar	119
2.4.3.2.2 Tutela antecipada.....	122
2.4.3.3 Contracautela e responsabilização.....	123
2.4.3.4 Poder geral de cautela e atipicidade.....	124

2.4.3.5	Tutela de urgência pré-arbitral.....	124
2.4.3.6	Requerimento em caráter antecedente.....	125
2.4.3.6.1	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	125
2.4.3.6.2	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	128
2.4.4	Tutela da evidência	129
II.	ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA.....	131
1.	Garantias do Poder Judiciário.....	131
1.1	Garantias institucionais	131
1.2	Garantias funcionais	132
2.	Organização judiciária	133
2.1	Supremo Tribunal Federal.....	133
2.2	Superior Tribunal de Justiça.....	134
2.3	Justiça Federal	135
2.4	Justiça do Trabalho	135
2.5	Justiça Eleitoral	136
2.6	Justiça Militar	137
2.7	Justiça Comum Estadual.....	137
2.8	Conselho Nacional de Justiça.....	137
III.	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	139
1.	Generalidades.....	139
2.	Competência internacional e competência interna.....	139
2.1	Cooperação jurídica internacional.....	141
3.	Competência territorial.....	142
4.	Competência objetiva.....	150
5.	Competência funcional.....	150
6.	Competência absoluta e competência relativa. Modificações da competência. Prorrogação e prevenção da competência	151
7.	Controle da competência – Conflito de competência e arguição de incompetência	160

PARTE III A AÇÃO

I.	CONCEITO – NATUREZA JURÍDICA – ESPÉCIES	167
1.	Conceito de ação.....	167
2.	Natureza jurídica.....	168

3.	Classificação das ações	172
4.	As sentenças e a classificação das ações	173
II.	CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	177
1.	Generalidades.....	177
2.	Legitimidade das partes	179
3.	Interesse de agir.....	182
III.	ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES.....	187
1.	Elementos de identificação das ações.....	187
2.	Elemento subjetivo – As partes.....	188
3.	Elemento causal – <i>Causa petendi</i>	191
4.	Elemento objetivo – O pedido	193
4.1	Pedido de prestação indivisível.....	199
4.2	Pedido cominatório	199
5.	Alteração dos elementos de identificação das ações	203
IV.	CONEXÃO E CONTINÊNCIA DE AÇÕES – CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES	207
1.	Aspectos gerais	207
2.	Espécies de conexão	210
3.	Cumulação e concurso de ações	211
3.1	Cumulação de ações – Espécies	213
3.2	Cumulação de ações – Requisitos.....	214

PARTE IV O PROCESSO

I.	PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	219
1.	Processo e procedimentos	219
2.	Espécies de procedimento	220
II.	SUJEITOS DO PROCESSO	229
1.	Partes	229
2.	Litisconsórcio	232
3.	Intervenção de terceiros.....	237
3.1	Generalidades.....	237
3.1.1	A qualificação de terceiro	239
3.1.2	Efeitos da intervenção	242
3.2	Espécies de intervenção	242
3.2.1	Assistência.....	243

3.2.1.1	Classificação da assistência	243
	Assistência simples	244
	Assistência litisconsorcial	245
3.2.1.2	Interesse jurídico	247
3.2.2	Recurso do terceiro prejudicado	248
3.2.3	Denunciação da lide	249
3.2.3.1	Hipóteses legais	253
3.2.3.2	Procedimento	254
	Denunciado aceita e contesta o pedido	256
	Denunciado é revel ou nega essa qualidade	256
	Denunciado confessa os fatos alegados pelo autor	256
3.2.3.3	Sentença	257
3.2.4	Chamamento ao processo	258
	Hipóteses legais	259
	Procedimento	260
	Sentença	260
3.2.5	Intervenção <i>iussu iudicis</i>	261
3.2.6	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	262
3.2.7	<i>Amicus curiae</i>	264
3.3	Intervenção de terceiros no Juizado Especial Cível	265
4.	O juiz	266
4.1	Poderes e deveres do juiz	267
4.2	Suspeição e impedimento	269
5.	Auxiliares da justiça	273
6.	Ministério Público	275
7.	Advocacia Pública	277
8.	Defensoria Pública	278
III.	ATOS PROCESSUAIS	279
1.	Forma dos atos processuais	279
2.	Tempo dos atos processuais	284
3.	Lugar e prazos dos atos processuais	286
3.1	Contagem dos prazos processuais	288
4.	Verificação dos prazos e suas penalidades	291
5.	Comunicação dos atos processuais	292
5.1	Comunicação eletrônica dos atos processuais	293
5.1.1	Processo eletrônico	293
5.2	Cartas	296
5.2.1	Carta precatória e rogatória. Efeito suspensivo	299
5.3	Citação	299

5.3.1	Efeitos da citação.....	301
5.3.2	Modalidades de citação.....	302
	Citação por meio eletrônico	304
	Citação postal	305
	Citação por oficial de justiça	306
	Citação com hora certa	307
	Citação por edital.....	308
5.4	Intimações	310
6.	Nulidades	315
7.	Negócios jurídicos processuais	317
7.1	Calendário processual	319
IV.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	321
1.	Generalidades.....	321
2.	Formação do processo	321
2.1	Formação do processo e distribuição por dependência das ações repetidas	326
2.2	Formação do processo e indeferimento do pedido <i>in limine</i>	328
2.3	Atuação jurisdicional <i>ex officio</i> . Visão prospectiva	329
3.	Suspensão do processo	334
3.1	Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	336
3.2	Suspensão convencional do processo	338
3.3	Suspensão pela alegação de incompetência, impedimento e suspeição	338
3.4	Suspensão nos recursos repetitivos e no incidente de resolução de demandas repetitivas	339
3.5	Suspensão por prejudicialidade	339
3.6	Suspensão por motivo de força maior	341
3.7	Outros casos de suspensão do processo	342
4.	Extinção do processo.....	342
4.1	Extinção do processo sem resolução de mérito.....	344
4.1.1	Indeferimento da petição inicial.....	344
4.1.2	Contumácia das partes	346
4.1.3	Abandono do autor.....	346
4.1.4	Falta de pressupostos processuais de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.....	347
4.1.5	Acolhimento das alegações de perempção, litispendência e coisa julgada	347
	Perempção.....	347
	Litispendência	348
	Coisa julgada	348

4.1.6	Ausência das condições da ação	349
4.1.7	Existência de convenção de arbitragem	349
4.1.8	Desistência da ação.....	349
4.1.9	Intransmissibilidade da ação	350
4.1.10	Outros casos	350
4.2	Resolução do processo com análise do mérito	351
4.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido do autor	351
4.2.2	Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	351
4.2.3	Transação	352
4.2.4	Renúncia ao direito em que se funda a ação	352
 PARTE V		
FASE POSTULATÓRIA		
I.	PETIÇÃO INICIAL	355
1.	Generalidades.....	355
2.	Requisitos.....	355
2.1	Endereçamento	355
2.2	Qualificação das partes	355
2.3	Causa de pedir.....	356
2.4	Pedido.....	356
2.5	Valor da causa	356
2.6	Meios de prova	357
2.7	Opção pela realização de audiência de conciliação ou de mediação.....	357
2.8	Outros elementos.....	357
3.	Emenda da petição inicial.....	358
4.	Indeferimento da petição inicial.....	358
II.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	359
1.	Generalidades.....	359
III.	DEFESA DO RÉU	363
1.	Generalidades.....	363
2.	Espécies de defesa	364
3.	Modalidades de resposta do réu	366
3.1	Contestação	366
3.1.1	Alegações de incompetência, impedimento e suspeição	370
Alegação de incompetência	370	
Arguição de impedimento e de suspeição	371	
3.2	Reconvenção.....	374

3.2.1	Condições específicas de admissibilidade da reconvenção	375
3.2.1.1	Legitimação para reconvenção.....	375
3.2.1.2	Interesse em reconvir.....	376
3.2.1.3	Tempestividade da reconvenção	377
3.2.1.4	Competência do juízo para a reconvenção.....	377
3.2.1.5	A conexão como pressuposto da reconvenção.....	377
3.2.2	Autonomia procedural entre a reconvenção e a ação	378
3.2.3	Processamento e procedimento da reconvenção.....	379
3.3	Revelia	379

PARTE VI FASE DE SANEAMENTO

I.	SANEAMENTO.....	383
1.	Fase de saneamento	383
2.	Providências preliminares	384
2.1	Especificação de provas.....	384
2.2	Manifestação do autor quanto às preliminares e objeções (fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido e alegações do réu)	385
3.	Julgamento conforme o estado do processo.....	387
3.1	Extinção do processo (extinção sem resolução de mérito, resolução com análise do mérito por autocomposição ou julgamento antecipado)	388
3.1.1	Julgamento antecipado parcial	389
4.	Saneamento.....	390
4.1	Conteúdo	390
4.2	Estabilização e preclusão	391
4.3	Modalidades	392

PARTE VII FASE PROBATÓRIA

I.	PROVAS	397
1.	Generalidades.....	397
2.	Sujeitos da prova e ônus da prova.....	404
3.	Sistemas de avaliação da prova	407
4.	Momento da prova.....	409
4.1	Produção antecipada de prova	411
5.	Espécies de prova	412
5.1	Prova documental.....	412
5.1.1	Produção da prova documental	416
5.2	Exibição de documento ou coisa	418

5.3	Ata notarial	420
5.4	Prova oral	420
5.4.1	Depoimento pessoal	422
5.4.2	Prova testemunhal	423
5.4.2.1	Juntada do rol de testemunhas	427
5.4.2.2	Depoimentos privilegiados	428
5.4.3	Confissão	429
5.5	Prova pericial	431
5.5.1	Realização da perícia. Ciência das partes quanto à data e ao local	435
5.5.2	Perícia abrangente de mais de uma área de conhecimento	435
5.5.3	Prazo para apresentação do laudo e das críticas dos assistentes	435
5.6	Inspeção judicial	437

PARTE VIII A DECISÃO

I.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	441
1.	Visão de conjunto	441
1.1	Poderes do juiz nas audiências	441
2.	Tentativa de conciliação	442
3.	Etapas da audiência de instrução e julgamento	443
II.	SENTENÇA E COISA JULGADA	447
1.	Sentença	447
1.1	Espécies de sentença	451
1.2	Requisitos intrínsecos da sentença. Congruência e certeza	454
1.3	Requisito intrínseco. Especificidade. A sentença e a tutela específica	455
2.	Coisa julgada	456
2.1	Generalidades	456
2.2	Limites objetivos da coisa julgada	461
2.3	Limites subjetivos da coisa julgada	464
2.4	Meios de defesa da coisa julgada	468
2.5	Relativização da coisa julgada	470

PARTE IX PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

I.	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	475
1.	Generalidades	475
1.1	Generalidades materiais	475

1.2	Generalidades processuais.....	476
1.2.1	Depósito extrajudicial	477
2.	Competência.....	478
3.	Prestações periódicas	479
4.	Petição inicial	480
4.1	Valor da causa	480
5.	Citação e direito de escolha	481
6.	Consignação em caso de dúvida	481
7.	Resposta do réu	482
7.1	Revelia.....	484
8.	Julgamento do pedido	484
II.	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	485
1.	Generalidades.....	485
2.	Ação de exigir contas.....	485
2.1	A ação de dar contas.....	486
3.	Saldo e execução por quantia	487
4.	Prestação de contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositário e de outro qualquer administrador	487
III.	AÇÕES POSSESSÓRIAS	489
1.	Generalidades.....	489
2.	Fungibilidade dos interditos possessórios	492
3.	Cumulação de pedidos.....	493
4.	Duplicidade dos interditos possessórios.....	493
5.	Juízo petitório e juízo possessório. Exceção de domínio.....	494
6.	Procedimento das ações possessórias de força nova.....	495
6.1	Caução e tutela liminar antecipada	496
6.2	Tutela específica na turbação e no esbulho	496
6.3	Objeto da prova.....	497
6.3.1	A prova inequívoca e a tutela antecipatória.....	497
6.3.2	Justificação de posse	498
6.4	Citação e prazo para a resposta.....	499
7.	Interdito proibitório	500
IV.	AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES	501
1.	Generalidades.....	501
2.	Cumulação de pedidos.....	501
3.	Ação demarcatória	502
3.1	Procedimento da demarcação.....	502

3.2 Petição inicial na demarcatória.....	502
3.3 Demarcação com queixa de esbulho ou turbação.....	503
3.4 Demarcação do imóvel comum	503
3.5 Citação e intimação	504
3.6 Defesa do réu.....	504
3.7 Perícia.....	504
3.8 Sentença na demarcatória.....	506
4. Ação divisória.....	506
4.1 Petição inicial	506
4.2 Citação	507
4.3 Operações de divisão. Finalidades múltiplas	507
4.4 Auto de divisão.....	508
4.5 Benfeitorias permanentes dos confinantes.....	509
4.6 Restituição de terrenos usurpados com a divisão	509
V. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	511
1. Generalidades.....	511
2. Legitimidade ativa e passiva	512
3. A especialidade do procedimento	513
VI. INVENTÁRIO E PARTILHA	515
1. Generalidades.....	515
1.1 Competência	515
1.2 A <i>ratio</i> do procedimento	516
2. Prazo para a abertura do inventário.....	517
3. Questões objeto de decisão no juízo do inventário	517
4. Administração dos bens do espólio.....	518
5. Legitimação para requerer a abertura do inventário e partilha.....	518
6. A nomeação do inventariante	519
6.1 Atribuições do inventariante	520
6.2 Remoção do inventariante.....	521
7. As primeiras declarações e o rito subsequente	522
8. Avaliação dos bens inventariados.....	525
8.1 Avaliação de bens sitos fora da comarca.....	526
8.2 Dispensa da avaliação	526
8.3 Laudo de avaliação	526
9. Bens sonegados	527
10. Interessado preterido.....	527
11. Últimas declarações	528
12. Cálculo do imposto	528
13. Colação.....	529

14. Pagamento das dívidas do <i>de cuius</i>	531
14.1 O legatário e as dívidas do espólio	532
14.2 Dívidas sujeitas a processo de execução	533
15. Partilha	533
15.1 Formulação de pedido de quinhão e deliberação da partilha. Esboço da partilha.....	533
15.2 Julgamento da partilha.....	534
15.3 Formal de partilha	535
15.4 Emenda da partilha	535
15.5 Partilha amigável. Anulação.....	536
15.6 Rescindibilidade da partilha judicial.....	537
15.7 Partilha amigável. Homologação.....	537
16. Arrolamento sumário.....	538
17. Arrolamento comum.....	539
18. Medidas cautelares de constrição de bens ou restrição de direitos deferidas no curso do inventário. Prazo de eficácia	540
19. Sobrepartilha	540
20. Curatela especial no inventário.....	541
21. Inventário cumulativo	541
VII. EMBARGOS DE TERCEIRO	543
1. Generalidades.....	543
2. Embargos de terceiro e figuras afins	543
3. Legitimidade.....	544
3.1 Os cônjuges e os embargos de terceiro	545
4. O objeto mediato dos embargos de terceiro.....	546
5. Prazo para oferecimento dos embargos de terceiro. Processo de conhecimento e processo de execução	547
6. Competência.....	547
7. Fase postulatória. Petição inicial e requisitos. Justificação.....	548
8. Tutela antecipada. Liminar	548
9. Suspensão do processo	549
VIII. OPOSIÇÃO	551
1. Generalidades.....	551
2. Julgamento pela mesma sentença	552
IX. HABILITAÇÃO	553
1. Generalidades.....	553
X. AÇÕES DE FAMÍLIA	555
1. Generalidades.....	555
2. A conciliação nas ações de família	556

XI. AÇÃO MONITÓRIA	557
1. Generalidades.....	557
2. Histórico e direito comparado	558
2.1 Direito romano	558
2.2 Direito medieval	559
2.3 Direito europeu.....	559
2.3.1 Procedimento monitório no atual processo civil europeu	560
2.4 Direito brasileiro.....	563
2.4.1 Ação decendiária no direito brasileiro.....	563
2.4.2 Procedimento monitório nos Códigos de Processo Civil de 1939/1973/2015.....	563
3. Condições da ação	564
3.1 Legitimidade das partes	564
3.2 Interesse de agir	564
4. Estrutura do procedimento	565
5. Petição inicial	565
5.1 <i>Causa petendi e causa debendi</i>	567
6. Embargos	567
7. Procedimento monitório e juizados especiais.....	568
XII. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL.....	569
1. Generalidades.....	569
2. A necessidade de <i>periculum in mora</i> para a tomada do penhor.....	570
3. Especialidades procedimentais	570
XIII. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	573
1. Generalidades.....	573
2. O regulador de avarias	573
3. Especialidades procedimentais	574
XIV. RESTAURAÇÃO DE AUTOS	577
1. Generalidades.....	577
2. Especialidades procedimentais	577
XV. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	581
1. Disposições gerais.....	581
1.1 Generalidades.....	581
1.2 Jurisdição voluntária. Rito.....	584
1.3 Competência	586
1.4 Tutela antecipada e cautelar.....	586
1.5 Citações.....	586

1.6	Resposta dos interessados.....	587
1.7	Instrução	588
1.8	A decisão por equidade e o abandono da legalidade estrita	588
1.9	Sentença e recurso	589
1.10	Coisa julgada	589
1.11	Casos submetidos ao rito comum da jurisdição voluntária.....	590
2.	Notificação e interpelação.....	592
2.1	Generalidades.....	592
2.2	Procedimento	593
3.	Alienações judiciais	593
3.1	Generalidades.....	593
3.2	Bens sujeitos à alienação jurisdicional voluntária.....	594
4.	Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração do regime de bens do matrimônio.....	595
4.1	Divórcio e separação judicial	595
4.2	O procedimento consensual de divórcio, separação ou extinção da união.....	596
4.3	Alteração do regime de bens do matrimônio	597
5.	Testamentos e codicilos.....	598
5.1	Generalidades.....	598
5.2	Condições da ação	598
5.3	Competência	599
5.4	Aspectos procedimentais.....	599
5.4.1	Testamento cerrado	599
5.4.2	Testamento público.....	600
5.4.3	Testamento particular	600
5.4.4	Testamentos marítimo, militar, nuncupativo e codicilos.....	601
5.4.5	Cumprimento dos testamentos	601
5.5	Sentença	602
5.5.1	Suspeição de nulidade ou falsidade do testamento	602
6.	Herança jacente	603
6.1	Generalidades.....	603
6.2	Curadoria. Atribuições.....	604
6.3	Arrecadação.....	605
6.3.1	Arrecadação imediata pela autoridade policial.....	605
6.3.2	Arrecadação por precatória	605
6.3.3	Diligências da arrecadação	606
6.3.4	Suspensão da arrecadação	606
6.4	Editais.....	606
6.5	Conversão da arrecadação em inventário	606

6.6	Habilitação de créditos.....	607
6.7	Alienação antecipada de bens	607
6.8	Declaração de vacância	608
7.	Bens dos ausentes.....	608
7.1	Generalidades.....	608
7.2	Curadoria. Cessação	610
7.3	Sucessão provisória.....	611
7.4	A sentença na sucessão provisória.....	612
7.5	Caução prestada por herdeiros imitidos na posse dos bens	613
7.6	Conversão da sucessão provisória em definitiva	613
7.7	Cessação da sucessão definitiva. Entrega dos bens	613
7.8	Citações na ação de reivindicação dos bens.....	614
8.	Coisas vagas	614
8.1	Generalidades.....	614
8.2	Publicação de edital.....	616
8.3	Comparecimento do legítimo dono ou possuidor da coisa	616
8.4	Alienação da coisa	616
8.5	Adjudicação da coisa	617
8.6	Conversão da arrecadação em inquérito	617
9.	Interdição	617
9.1	Generalidades.....	617
9.2	Iniciativa do Ministério Público e interdição.....	618
9.3	Curador à lide.....	618
9.4	Petição inicial	619
9.5	Inspeção pessoal	619
9.6	Impugnação do pedido de interdição	620
9.7	Perícia.....	620
9.8	Decretação da interdição. Sentença.....	620
9.9	Compromisso do curador	621
9.10	Levantamento da curatela.....	622
10.	Disposições comuns à tutela e à curatela	622
10.1	Generalidades.....	622
10.2	Aspectos procedimentais	623
11.	Organização e fiscalização das fundações	624
11.1	Generalidades.....	624
12.	Ratificação dos protestos marítimos e processos testemunháveis formados a bordo	625
12.1	Generalidades.....	625
XVI.	JUIZADOS ESPECIAIS	627
1.	O procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais – Visão de conjunto.....	627

1.1	Âmbito de incidência do procedimento do juizado	630
2.	Formação do processo – Pedido	633
3.	Convocação do réu e atos de comunicação.....	635
4.	Defesa do réu.....	636
5.	Audiência – Conciliação – Instrução e julgamento – Sentença	636
6.	Recurso.....	640
6.1	Recurso inominado	640
6.2	Embargos de declaração	641
7.	Uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais. Direito em expectativa	642
8.	O processo de execução nos Juizados Especiais	643
8.1	Generalidades.....	643
8.2	Processo de execução	643
8.2.1	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	644
8.2.2	Execução das obrigações de fazer e de não fazer.....	646
8.2.2.1	Execução de obrigação de fazer com prestação fungível...	647
8.2.2.2	Execução de obrigação de fazer com prestação infungível	648
8.2.2.3	Execução de obrigação de não fazer permanente (admita desfazimento)	648
8.2.2.4	Execução de obrigação de não fazer instantânea.....	648
8.2.3	Execução para entrega de coisa certa e de coisa incerta.....	649
8.2.3.1	Execução para entrega de coisa certa (título judicial ou extrajudicial)	649
8.2.3.2	Execução para entrega de coisa incerta.....	650
8.3	Embargos do executado.....	650

PARTE X

TUTELA EXECUTIVA

I.	A TUTELA SATISFATIVA (CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXRAJUDICIAL)	655
1.	A tutela de execução e as demais formas de tutela jurisdicional	655
II.	A SISTEMÁTICA DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXRAJUDICIAL NO CPC DE 2015	659
III.	TEORIA GERAL DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXRAJUDICIAL.....	663
1.	Fundamentos da execução e do cumprimento da sentença.....	663
2.	Princípios do processo de execução e do cumprimento da sentença	664
2.1	Princípio da realidade	665

2.2 Princípio da execução específica	665
2.3 Princípio da livre disponibilidade	666
2.4 Princípio da economicidade.....	667
IV. REQUISITOS DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA..	671
1. Inadimplemento do devedor	671
2. Título executivo.....	673
2.1 Requisitos do crédito exequendo.....	673
2.1.1 Certeza.....	673
2.1.2 Exigibilidade	674
2.1.3 Liquidez.....	674
2.2 Títulos executivos judiciais.....	675
2.2.1 Liquidação dos títulos judiciais.....	680
Liquidação por iniciativa do devedor.....	681
Liquidação por arbitramento	682
Liquidação pelo procedimento comum.....	682
Liquidação de sentença. Recurso.....	683
Liquidação provisória.....	684
2.3 Títulos executivos extrajudiciais.....	684
V. ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	691
1. Cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial	691
2. Cumprimento provisório de sentença.....	697
VI. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXRAJUDICIAL E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	699
1. Condições da ação	699
2. Competência jurisdicional.....	701
2.1 Competência e execução de título extrajudicial	702
2.2 Competência e cumprimento da sentença	702
VII. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	705
1. Formação do processo.....	705
1.1 Requerimento.....	705
1.2 Averbação premonitória	705
1.3 Efeitos da propositura da execução de título extrajudicial.....	707
2. Suspensão da execução	708
3. Extinção da execução	710
3.1 Recurso	710
4. Desistência do cumprimento da sentença ou da execução de título extraju- dicial	711

5. Cumulação de execuções	712
6. Intercomunicabilidade entre as regras da execução e do cumprimento da sentença.....	712
VIII. PODERES DO JUIZ NA EXECUÇÃO	713
1. Meios executivos típicos e atípicos	713
2. Protesto de decisão judicial	715
3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes	715
IX. A TUTELA JURISDICIONAL DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	717
1. O cumprimento das sentenças de obrigações de fazer e não fazer	717
1.1 Generalidades.....	717
1.2 Procedimento	719
1.3 As <i>astreintes</i> e a impugnação.....	722
2. Tutela inibitória (obrigações negativas)	725
2.1 Tutela jurisdicional de direitos.....	725
2.2 A crise da tutela condenatória – Ilícito de lesão e ilícito de perigo.....	726
2.3 Tutela inibitória – Finalidade – Pressupostos – Fundamentos.....	726
2.4 Classificação da tutela inibitória	728
2.5 Pressupostos e características da tutela inibitória antecipada	729
3. O cumprimento judicial das obrigações de prestar declaração de vontade....	729
4. Execução de título extrajudicial de obrigações de fazer e não fazer	732
4.1 Execução das obrigações de fazer e não fazer	732
4.1.1 Generalidades.....	732
4.1.2 Execução de título extrajudicial envolvendo obrigações de fazer e não fazer. Procedimento	733
X. A TUTELA JURISDICIONAL DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA.....	739
1. O cumprimento da sentença para a entrega de coisa.....	739
1.1 Generalidades.....	739
1.2 Procedimento	740
2. Execução de título extrajudicial para a entrega de coisa	740
2.1 Generalidades.....	740
2.2 Procedimento	741
2.3 Execução de título extrajudicial de coisa incerta.....	743
3. Disposições comuns ao cumprimento da entrega de coisa e à execução de título extrajudicial para a entrega de coisa	743
3.1 Incidentes da entrega	743
3.2 Incidentes favoráveis ao executado	744
3.3 Impugnação por retenção.....	745

XI. TUTELA DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE SOMA	747
1. O cumprimento de sentença nas obrigações de entrega de soma – Fase postulatória	747
1.1 Generalidades.....	747
1.2 Prazo para pagamento voluntário	748
1.3 Multa e honorários	748
1.4 Demonstrativo do crédito.....	749
1.5 Mandado de penhora e avaliação	750
1.6 Prazo para a impugnação ao cumprimento de sentença.....	750
1.7 Alimentos decorrentes de responsabilidade civil	751
2. A execução extrajudicial por quantia certa contra devedor solvente – Fase postulatória.....	752
2.1 Generalidades.....	752
2.2 Execução contra devedor solvente e contra devedor insolvente	752
2.3 Petição inicial	753
2.4 Averbação premonitória e certidão de propositura da execução.....	758
2.5 Citação	759
2.6 Arresto executivo.....	760
2.7 Indisponibilidade eletrônica	761
2.8 Despacho liminar e honorários	763
3. Regras comuns ao cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial por quantia certa contra devedor solvente	763
3.1 Responsabilidade patrimonial. Generalidades	763
3.1.1 Responsabilidade patrimonial primária	765
3.1.2 Responsabilidade patrimonial secundária.....	766
3.1.3 Responsabilidade patrimonial dos sócios e desconsideração da personalidade jurídica.....	768
3.1.4 Responsabilidade do terceiro em cujo poder encontram-se bens do devedor	774
3.1.5 Responsabilidade patrimonial do cônjuge	774
3.1.6 Responsabilidade patrimonial do fiador.....	776
3.2 Fraude de execução	777
3.2.1 Introdução	777
3.2.2 A ineficácia decorrente da fraude de execução é tão intensa que mesmo se o terceiro adquirente do imóvel o utilizar para moradia de sua família, a impenhorabilidade da Lei nº 8.009/1990 não será oponível ao exequente. Regime do CPC de 1973.....	778
3.2.3 Fraude de execução e fraude contra credores	779
3.2.4 Alienação na pendência de ação real ou reipersecutória.....	779
3.2.5 Fraude de execução e averbação premonitória	781
3.2.6 Alienação de bem objeto de hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial.....	782

3.2.7	Litispendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência	783
3.2.8	Outros casos de fraude à execução	785
3.3	Fase de apreensão	785
3.3.1	Penhora	785
3.3.2	Momento para arguição de vício da penhora	787
3.3.3	Preclusão do vício da penhora	788
3.4	Impenhorabilidade	789
3.4.1	Introdução	789
3.4.2	Bens inalienáveis	790
3.4.3	Móveis, pertences e utilidades domésticas	791
Vestuários.....	791	
3.4.4	Verbas remuneratórias e poupança	792
3.4.5	Bens móveis necessários ao exercício profissional	795
3.4.6	Seguro de vida	796
3.4.7	Materiais necessários para obras em andamento	796
3.4.8	Pequena propriedade rural trabalhada pela família	796
3.4.9	Recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social	797
3.4.10	Recursos públicos do fundo partidário.....	797
3.4.11	Créditos oriundos de alienação de unidades sob regime de incorporação imobiliária	798
3.4.12	Bem de família legal	798
3.5	Multiplicidade de penhoras.....	801
3.6	Penhora de quota social e ações.....	803
3.7	Ordem da penhora	803
3.8	Penhora de percentual de faturamento de empresa	805
3.9	Substituição dos bens penhorados	806
3.10	Procedimento da penhora	808
3.10.1	Execução por carta.....	813
3.10.2	Depósito dos bens penhorados.....	814
3.10.3	A unicidade da penhora.....	815
3.11	Avaliação dos bens penhorados.....	817
3.12	Fase de expropriação	819
3.12.1	Adjudicação	821
3.12.2	Alienação.....	823
3.12.3	Alienação por iniciativa particular	824
3.12.4	Leilão judicial	825
3.12.5	Arrematação	831
3.12.6	Ultimação da arrematação.....	833
3.13	Satisfação do crédito.....	835

XII. DEFESA DO EXECUTADO	839
1. Impugnação ao cumprimento da sentença	839
1.1 Generalidades.....	839
1.2 Procedimento da impugnação ao cumprimento da sentença	840
1.3 Recurso	841
1.4 Eficácia da impugnação ao cumprimento da sentença.....	842
1.5 Fundamentos da impugnação ao cumprimento da sentença	844
1.6 Impugnação de título executivo constitucional	847
2. Embargos à execução	849
2.1 Generalidades.....	849
2.2 Ajuizamento dos embargos	850
2.3 Rejeição liminar dos embargos.....	851
2.4 Efeitos dos embargos à execução.....	853
2.5 Procedimento da defesa do embargado.....	854
2.6 O Superior Tribunal de Justiça já entendeu não ser possível reconvenção nos embargos à execução, pois essa modalidade de processo visa à satisfação do exequente e a sua marcha não deve aguardar as delongas da ordinariedade que a demanda reconvencional provoca. Fundamentos dos embargos à execução	854
2.7 Reconhecimento do pedido e parcelamento.....	856
XIII. EXECUÇÕES ESPECIAIS.....	859
1. Execução de prestação alimentícia	859
2. Execução contra a Fazenda Pública.....	861
2.1 Introdução	861
2.2 Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial	862
2.3 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	863
2.4 Demais espécies de execução contra a Fazenda Pública	866
2.5 Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública.....	867
3. Execução por quantia certa contra devedor insolvente (CPC/1973).....	869
3.1 Efeitos da declaração judicial de insolvência	871
3.2 O processo e o procedimento da insolvência	872
3.3 Competência jurisdicional	872
3.4 Legitimidade para requerer a insolvência	873
3.5 Fase de cognição	874
3.6 Fase de apreensão de bens	874
3.7 Fase de apuração do ativo e pagamento dos credores.....	877

PARTE XI
PROCESSO NOS TRIBUNAIS

I. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	881
1. Conceito	881
1.1 Duplo grau obrigatório de jurisdição: remessa necessária.....	882
1.2 Fundamentos dos recursos (<i>ratio essendi</i>).....	885
1.3 Direito intertemporal: eficácia da lei no tempo	886
2. Princípios recursais.....	886
2.1 Duplo grau de jurisdição	887
2.2 Unicidade dos recursos.....	888
2.2.1 Instrumentalidade das formas e fungibilidade recursal	892
3. Admissibilidade e mérito dos recursos	893
4. Requisitos de admissibilidade dos recursos	894
4.1 Legitimidade do recorrente.....	895
4.2 Interesse em recorrer.....	897
4.2.1 Interesse em recorrer e recurso adesivo.....	897
4.2.2 Interesse em recorrer e recurso parcial.....	900
4.2.3 Interesse em recorrer e jurisprudência predominante.....	900
4.3 Cabimento	902
4.4 Inexistência de fato impeditivo do direito de recorrer	903
4.5 Tempestividade	904
4.6 Preparo do recurso	907
4.7 Regularidade formal.....	908
5. Efeitos dos recursos	908
5.1 Efeito devolutivo	908
5.1.1 Efeito devolutivo e <i>reformatio in pejus</i>	909
5.2 Efeito suspensivo	911
II. A ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	915
1. Jurisprudência, súmulas e precedentes	915
1.1 Precedentes e Análise Econômica do Direito	918
2. Procedimento no tribunal	919
2.1 Registro e distribuição	919
2.1.1 Descentralização dos serviços de protocolo.....	919
2.2 Remessa ao relator	920
2.2.1 Poderes do relator	920
Direção do processo e homologação da autocomposição	920
Tutela provisória recursal.....	920
Decisões monocráticas	924

Outras competências e saneamento recursal	925
Questões conhecíveis de ofício e fatos supervenientes	925
2.2.2 Revisão	926
2.3 Designação do dia do julgamento e publicação da pauta.....	926
2.3.1 Adiamento da sessão	926
2.3.2 Interregno entre a sessão e a publicação da pauta	926
2.4 Sessão de julgamento	927
2.4.1 Sustentação oral	927
2.4.2 Deliberação	928
Pedido de vista.....	930
Conversão do julgamento em diligência.....	931
Julgamento de recurso que tenha sido iniciado.....	931
Apelação e agravo interposto	931
2.4.3 Acórdão	932
Obrigatoriedade de ementa	932
Publicidade do acórdão.....	932
Retificação de minuta	933
2.4.4 Técnica de ampliação da colegialidade	933
3. Julgamentos digitais.....	935
3.1 Ampliação do julgamento eletrônico e a experiência do Supremo Tribunal Federal.....	938
3.2 O papel do Conselho Nacional de Justiça na expansão do processo digital e o “Juízo 100% Digital”	939
III. RECURSOS EM ESPÉCIE.....	943
1. Apelação.....	943
1.1 Generalidades.....	943
1.2 Efeitos da apelação.....	944
1.2.1 Efeito suspensivo.....	945
1.2.2 Efeito devolutivo	946
Efeito devolutivo e <i>reformatio in pejus</i>	947
Extensão do efeito devolutivo do recurso.....	949
Efeito devolutivo e prescrição	949
Efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa	950
Efeito devolutivo e nulidade sanável	951
<i>Reformatio in pejus</i> e amplitude do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa	951
1.3 Procedimento da apelação.....	952
1.4 Procedimento no tribunal	956
2. Agravo de instrumento	958

2.1	Política legislativa e escorço histórico	958
2.1.1	Vedaçāo à modalidade de agravo retido	959
2.2	Juízo de admissibilidade do agravo	960
2.3	Juízo de retratação	963
2.4	Efeitos do agravo	964
2.5	Formalidades do agravo de instrumento.....	965
2.5.1	Informação ao juízo <i>a quo</i> da interposição do agravo de instrumento.....	967
2.6	Procedimento do agravo no tribunal	967
2.6.1	Os poderes do relator no agravo de instrumento	968
3.	Agravo interno	970
4.	Embargos de declaração.....	971
4.1	Generalidades.....	971
4.2	Cabimento dos embargos de declaração	972
4.3	Efeitos dos embargos de declaração	975
4.4	Litigância abusiva na oposição dos embargos de declaração.....	976
5.	Recurso ordinário constitucional	977
5.1	Generalidades.....	977
5.2	Requisitos de admissibilidade	979
5.3	Efeitos do recurso	980
6.	Recurso extraordinário e recurso especial	980
6.1	Generalidades.....	980
6.2	Pressupostos constitucionais de cabimento do recurso extraordinário e do recurso especial	982
6.2.1	Cabimento constitucional do recurso extraordinário.....	982
	Julgamento de causas decididas em última ou única instânciā ..	983
	Julgamento contra a Constituição	984
	Decisão que declara inconstitucional lei federal ou tratado <i>incidenter tantum</i>	984
	Julgamento que acolhe lei ou ato local contra a Constituição	985
	Julgamento que prestigia lei local contestada em face de lei federal.....	985
	Repercussão geral.....	985
	Forma de arguição da repercussão geral.....	987
	Competência para análise da repercussão geral	987
	Efeitos do acolhimento e do desacolhimento da arguição de repercussão geral e a multiplicidade de recursos.....	988
6.2.2	Cabimento constitucional do recurso especial	990
	Julgamento de causas em única ou última instânciā, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.....	990

Julgamento que privilegia ato de governo local contra a lei federal.....	990
Julgamento ensejador de dissídio jurisprudencial.....	990
6.2.3 Interesse em recorrer no recurso extraordinário e no recurso especial	991
6.3 Efeito devolutivo no recurso extraordinário e no recurso especial	992
6.4 Efeito suspensivo do recurso extraordinário e do recurso especial.....	993
6.5 Julgamento conjunto e interposição conjunta	994
6.6 Procedimento do recurso extraordinário e do recurso especial.....	995
6.7 Sistemática dos recursos repetitivos.....	998
7. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	1001
8. Embargos de divergência	1003
IV. INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	1007
1. Generalidades.....	1007
2. Requisitos e procedimento	1008
V. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	1011
1. Histórico e fundamentos.....	1011
2. Cabimento e competência	1012
3. Pressupostos do incidente.....	1012
4. Legitimidade.....	1013
5. Procedimento	1013
6. Recursos	1014
VI. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1015
1. Generalidades.....	1015
2. Cabimento e requisitos.....	1015
2.1 Fungibilidade entre IRDR e IAC	1016
3. Competência.....	1017
4. Legitimidade.....	1017
5. Procedimento	1018
6. Recursos e revisão.....	1020
VII. AÇÃO RESCISÓRIA	1021
1. A desconstituição do julgado	1021
2. Finalidade e pressupostos	1022
3. Causas de rescindibilidade	1023
3.1 Generalidades.....	1023
3.2 Causas de rescindibilidade em espécie	1024
3.2.1 Prevaricação, concussão ou corrupção do julgador	1024

3.2.2	Impedimento do julgador ou incompetência absoluta	1024
3.2.3	Dolo, coação, simulação ou colusão das partes	1026
3.2.4	Coisa julgada anterior	1026
3.2.5	Violação manifesta à norma jurídica.....	1027
3.2.6	Prova falsa	1028
3.2.7	Prova nova	1029
3.2.8	Erro de fato	1029
4.	Condições da ação	1030
4.1	Legitimidade das partes	1030
4.2	Interesse de agir	1033
5.	Competência.....	1033
5.1	Prazo decadencial para propositura da ação rescisória.....	1033
6.	Propositura da ação rescisória e eficácia da decisão rescindenda	1035
7.	Procedimento da ação rescisória	1036
8.	Ação anulatória de atos judiciais.....	1041
9.	<i>Querella nullitatis insanabilis</i>	1044
VIII.	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	1045
1.	Generalidades.....	1045
2.	Requisitos.....	1046
3.	Procedimento	1048
4.	Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	1049
IX.	RECLAMAÇÃO.....	1051
1.	Generalidades.....	1051
2.	Histórico e fundamentos.....	1051
3.	Natureza jurídica.....	1052
4.	Hipóteses de cabimento	1053
5.	Legitimidade.....	1054
6.	Procedimento	1055
7.	Decisão final	1056
8.	Recursos	1056
	BIBLIOGRAFIA	1057
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1083